

A (re)produção do espaço popular sob a lógica socioespacial fragmentária: o caso de Presidente Prudente-SP

Resumo

Aborda-se, neste artigo, a (re)produção do espaço popular sob a lógica socioespacial fragmentária, que se sobrepõe e ressignifica a anterior lógica dual centro-periférica. Foca-se na questão da habitação popular no Brasil para além da materialização de bairros-dormitório nas periferias urbanas, vislumbrando-se ampliar e atualizar a compreensão sobre a proliferação de condomínios fechados verticais. Enfatiza-se, na análise, o caso de Presidente Prudente, cidade média localizada no estado de São Paulo. A pesquisa, em que se apoia este artigo, embasou-se em extensa revisão bibliográfica e em entrevistas com moradores de condomínios verticais populares, financiados pelo Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Tais entrevistas compõem um conjunto maior de registros produzidos por uma pesquisa mais ampla sobre o processo de fragmentação socioespacial, por este motivo, efetuou-se, aqui, um recorte que pudesse embasar notadamente a análise sobre a (re)produção do espaço popular prudentino, identificando a valorização da tipologia de condomínios fechados, enquanto empreendimento habitacional para as faixas de renda do PMCMV, e as mudanças relacionadas às práticas cotidianas dos cidadãos.

Palavras-chave: (re)produção do espaço; espaço popular; fragmentação socioespacial; política habitacional; Presidente Prudente.

Gustavo Nagib

Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo - USP. Pós-doutorando na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP.

Brasil

gustavo.nagib@unesp.br
lattes.cnpq.br/2529113181928446
orcid.org/0000-0002-4558-7218

Katia Atsumi Nakayama

Doutora em Gestão Urbana pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR. Pós-doutoranda na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP. Professora da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.

Brasil

nakayama.katia@gmail.com
lattes.cnpq.br/4609531273882473
orcid.org/0000-0003-4702-8708

Para citar este artigo:

NAGIB, Gustavo; NAKAYAMA, Katia Atsumi. A (re)produção do espaço popular sob a lógica socioespacial fragmentária: o caso de Presidente Prudente-SP. *PerCursos*, Florianópolis, v. 24, e0302, 2023.

<http://dx.doi.org/10.5965/19847246242023e0302>

A (re)produção do espaço popular sob a lógica socioespacial fragmentária: o caso de Presidente Prudente-SP

Gustavo Nagib, Katia Atsumi Nakayama

The (re)production of working-class space under the fragmentary socio-spatial logic: the case of Presidente Prudente-SP

Abstract

This article aims to address the (re)production of working-class space under the fragmentary socio-spatial logic, which overlaps and re-signifies the former center-peripheral dual logic. It focuses on the issue of working-class housing in Brazil beyond the materialization of commuter towns, envisioning broadening and updating the understanding of the proliferation of gated communities. The analysis emphasizes the case of Presidente Prudente, a medium-sized city located in the state of São Paulo. This research was based on an extensive bibliographic review and also interviews with residents of working-class gated communities, financed by Minha Casa, Minha Vida Program (PMCMV). Such interviews make up a larger set of records produced by a broader research on the process of socio-spatial fragmentation, for this reason, a selection was carried out here that could notably support the analysis on the (re)production of Presidente Prudente's working-class space, identifying the valorization of the typology of gated communities, as a housing development for the PMCMV's income ranges, and the changes related to the everyday practices of city dwellers.

Keywords: (re)production of space; working-class space; socio-spatial fragmentation; housing policy; Presidente Prudente.

1 Introdução

Considerando as dinâmicas das cidades contemporâneas, que desencadeiam novas abordagens analítico-interpretativas acerca do processo de (re)produção e transformação do espaço urbano, neste artigo, tem-se por objetivo versar, mais especificamente, sobre a (re)produção do espaço popular sob a lógica socioespacial fragmentária, que se sobrepõe e ressignifica a anterior lógica dual centro-periférica. Embora amparados em referenciais teóricos concernentes à estruturação tanto de metrópoles quanto de cidades médias brasileiras, esta análise dará ênfase ao caso de Presidente Prudente, cidade média localizada no estado de São Paulo.

Ao se focar a questão da habitação popular no Brasil, para além da materialização de bairros-dormitório nas periferias urbanas, vislumbra-se ampliar e atualizar a compreensão sobre o processo de proliferação de condomínios fechados verticais ofertados às classes trabalhadoras, inserindo-o no debate teórico-conceitual sobre a fragmentação socioespacial. Nesse escopo, denominamos “espaço popular” aquele produzido sob as diretrizes do Estado capitalista mediante a implementação de políticas habitacionais e a mobilização de agentes imobiliários privados, entremeando um conjunto de interesses e estratégias urbanísticas contraditórias que reafirmam o quadro estrutural de desigualdades sociais, econômicas e espaciais nas cidades brasileiras. Tendo em vista a parcela da população que não tem acesso à habitação no âmbito do mercado ou dos programas estatais, não se exclui, complementarmente, a produção ilegal da moradia, que também se insere no circuito de comercialização.

Em relação aos procedimentos metodológicos, recorreu-se a, além de extensa revisão bibliográfica de base, uma amostragem de sete entrevistas realizadas especificamente com moradores de condomínios verticais populares, financiados pelo Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), em bairros localizados em diferentes setores do tecido urbano prudentino, nos meses de dezembro de 2022 e janeiro de 2023, às quais somaram-se, ainda, as escutas e os registros de campo efetuados nos dias em que se sucederam os encontros com os cidadãos.

A (re)produção do espaço popular sob a lógica socioespacial fragmentária: o caso de Presidente Prudente-SP

Gustavo Nagib, Katia Atsumi Nakayama

O roteiro de entrevistas utilizado foi constituído por blocos de questões¹, a saber: a) introdução, para identificar o perfil dos entrevistados; b) questões sobre as seguintes dimensões empíricas: habitação, lazer, mobilidade, consumo e trabalho; c) e questões complementares transversais às referidas dimensões empíricas. Entrevistaram-se homens e mulheres de diferentes faixas etárias, mais precisamente entre 18 e 65 anos, salientando-se que, quando citados, os nomes dos entrevistados são fictícios, preservando suas identidades, e a gravação das entrevistas foi autorizada por eles, o que permitiu a posterior transcrição de trechos de suas falas.

Valorizando o papel dos cidadãos como sujeitos ativos (Góes; Sposito, 2016), ressalta-se que, para a elaboração deste artigo, não se pretendeu analisar todo o conjunto de entrevistas conduzidas por uma pesquisa mais ampla, ainda em andamento, sobre o processo de fragmentação socioespacial em diferentes cidades brasileiras. Frente à diversidade de narrativas registradas, foram criteriosamente selecionadas as entrevistas que pudessem embasar notadamente esta análise sobre a (re)produção do espaço popular prudentino.

Este artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. Primeiramente, apresenta-se uma seção teórico-conceitual a respeito da lógica socioespacial fragmentária, que servirá para o embasamento da análise aqui desenvolvida. Em seguida, aborda-se a questão-chave da produção da habitação popular no Brasil, considerando o processo histórico e relacionando-o particularmente aos processos de segregação e de fragmentação socioespaciais. Na sequência, insere-se a discussão acerca da (re)produção do espaço popular sob a lógica socioespacial fragmentária em Presidente Prudente, onde se realizou a pesquisa empírica e se desenvolveu o respectivo estudo de caso, finalizando com uma seção dedicada à análise de trechos de algumas das entrevistas realizadas, selecionadas por sua capacidade de sintetizar os conteúdos condizentes a um conjunto de materializações urbanísticas e de práticas cotidianas que são estruturantes e, dialeticamente, decorrentes da fragmentação socioespacial.

¹ Utilizou-se o roteiro de entrevistas do projeto temático “Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: Escalas, vetores, ritmos e formas (FragUrb)” – processo nº 2018/07701-8, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

2 Sobre a lógica socioespacial fragmentária

O acelerado processo de urbanização brasileiro, a partir da década de 1950, associado às desigualdades sociais estruturais no país, resultou na produção de cidades marcadas por uma clara oposição socioespacial entre centro e periferia: o centro caracterizado pela concentração de melhores infraestruturas urbanas, comércio e serviços mais diversificados, loteamentos regulares de melhor padrão urbanístico e paisagístico, *habitat* principal das classes média e alta; e a periferia, por sua vez, apartada do centro, onde a ausência do Estado comprovava-se pela precariedade de infraestruturas, equipamento e serviços públicos, onde proliferaram loteamentos irregulares ou clandestinos e uma “ilegalidade (dis)funcional” (Maricato, 2000), *habitat* principal das classes trabalhadoras, às quais foram negadas muitas das condições (e benefícios) de vida na cidade.

A “produção do espaço urbano” (Lefebvre, 2000) amparou-se nesta lógica centro-periférica, observada, com maior evidência, por meio da estruturação das metrópoles brasileiras, destinando à periferia a função de bairros-dormitório e impondo aos trabalhadores longos deslocamentos diários e precárias condições de mobilidade no trajeto casa-trabalho (Villaça, 2001). Muito embora seja imprescindível considerar as especificidades de cada contexto, a lógica centro-periférica também imperou na estruturação de cidades médias, afastando as populações mais pobres das áreas centrais e, guardadas as devidas proporções espaciais e demográficas, perpetrando o modelo de segregação socioespacial (Sposito, 2013) vigente em grande parte das metrópoles brasileiras.

A produção do espaço popular, sob o comando do Estado capitalista, deu-se sobretudo nas porções mais distantes e descontínuas do tecido urbano, onde o preço da terra e a disputa concorrencial pelos agentes privados são mais baixos e caracterizados por práticas especulativas. A construção uniforme e homogeneizante de conjuntos habitacionais verticais e horizontais acelerou a segmentação socioeconômica da cidade e, dialeticamente, somou-se às rupturas especialmente percebidas nas décadas mais

A (re)produção do espaço popular sob a lógica socioespacial fragmentária: o caso de Presidente Prudente-SP

Gustavo Nagib, Katia Atsumi Nakayama

recentes, a exemplo da proliferação de *shopping centers* e de condomínios fechados (verticais e horizontais) destinados à população de maior poder aquisitivo.

Chegado o século XXI, tanto metrópoles quanto cidades médias complexificam-se com a policentralidade, a contínua segmentação do consumo e a proliferação de “enclaves fortificados” (Salgueiro, 2001) destinados às diferentes faixas de renda. Apenas a dualidade centro-periferia não é mais capaz de explicar, por si só, as dinâmicas urbanas emergentes, que fazem enaltecer os aspectos da fragmentação socioespacial no processo de (re)produção e transformação do espaço urbano (Sposito, Sposito, 2020). Deste modo, a fragmentação socioespacial apresenta-se enquanto processo que se combina e se sobrepõe à pretérita lógica centro-periférica, na qual a relação dialética entre ambas resulta na (res)significação progressiva das formas de viver (n)a cidade (Chetry, 2014; Sposito, 2019).

Observam-se, assim, rupturas mais expressivas na continuidade territorial das cidades, redefinindo as práticas cotidianas alicerçadas em maior segmentação tanto dos espaços habitacionais quanto dos espaços de consumo e lazer. A unidade territorial urbana é renegada enquanto projeto e condição política na medida em que prevalecem decisões urbanísticas reprodutoras de tipologias que reforçam iniquidades socioespaciais (Dal Pozzo, 2015). Tem-se a difusão construtiva de empreendimentos cujas formas negam a permeabilidade e a fluidez territorial, a exemplo dos mais diversos modelos de condomínios habitacionais murados e espaços fechados de consumo e lazer, sob constante vigilância e monitoramento de sistemas de segurança, que rompem com a “solidarização do entorno” (Salgueiro, 2001), além de assegurar a distinção social impondo limites materiais e subjetivos ao convívio entre cidadãos de diferentes perfis socioeconômicos.

Neste atual contexto, o que outrora parecia se restringir aos estratos sociais de maior poder aquisitivo, também se estende à (re)produção do espaço popular. Os condomínios fechados, os *shopping centers* e a introdução de equipamentos de monitoramento e segurança, por exemplo, passam a definir também o modo de vida das classes trabalhadoras. Quanto aos empreendimentos habitacionais, o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) contribuiu para impulsionar a proliferação de condomínios

A (re)produção do espaço popular sob a lógica socioespacial fragmentária: o caso de Presidente Prudente-SP

Gustavo Nagib, Katia Atsumi Nakayama

verticais para atender as camadas populares, reproduzindo um conjunto de elementos construtivos, de infraestruturas e de serviços de segurança antes restritos às classes média e alta.

Embora haja a generalização de uma tipologia habitacional, isso não significa que uma parcela cada vez maior da sociedade passe a usufruir de condições e padrões semelhantes de moradia. A diferenciação se acentua nesse processo de (re)produção do urbano que se assenta nas desigualdades sociais e exacerba as barreiras materiais e simbólicas entre os cidadãos (Calixto, 2021). Os muros altos se vulgarizam na paisagem, as ruas entre os condomínios se tornam ainda menos convidativas à permanência e o enclausuramento social dentro dos condôminos tende a ampliar a alienação e o interesse coletivo sobre a cidade em sua totalidade.

A diferenciação reforça, por conseguinte, as distinções sociais por meio dos elementos constitutivos da paisagem e da vida cotidiana dos cidadãos, expondo as fraturas sociais no modo de (re)produção do urbano e na sua consequente hierarquização (Castells, 2020; Navez-Bouchanine, 2002), mas também a partir da materialidade dos muros e demais barreiras físicas que se sobressaem na paisagem e alteram as formas como os cidadãos se relacionam cotidianamente com os outros espaços da cidade, exacerbando, inclusive, o quadro de crise imposto a porções do espaço público (Caldeira, 2000; Prévôt Schapira, 2001).

Concomitantemente, a fragmentação socioespacial tende a se associar à privatização cada vez maior de espaços da cidade. Praças, quiosques, churrasqueiras, piscinas, parquinhos voltados ao público infantil e até mesmo pequenas lojas de conveniências dentro de condomínios fechados são expressões de equipamentos de uso coletivo que competem ou substituem (com) os espaços públicos, que perdem, gradativamente, sua capacidade de propiciar a heterogeneidade de encontros dentro da cidade. Ademais, é reforçada a mobilidade baseada em veículos de uso individual, uma vez que o acesso aos condomínios prioriza o automóvel e compõe a morfologia do urbanismo rodoviarista (Nagib, 2018).

A (re)produção do espaço popular sob a lógica socioespacial fragmentária: o caso de Presidente Prudente-SP

Gustavo Nagib, Katia Atsumi Nakayama

Na cidade neoliberal sob a lógica socioespacial fragmentária, constata-se, ainda, a ampliação da capacidade do Estado em, ao delegar a produção do espaço popular a agentes imobiliários privados, financiando-a, contribuir para subsidiar a disseminação do modelo de condomínios fechados. O PMCMV, muito embora tenha ampliado significativamente o acesso à casa própria no Brasil, também acelerou a reprodução de condomínios verticais fechados, sinalizando uma adaptabilidade da política pública habitacional, no que diz respeito ao interesse do mercado, em hierarquizar e fragmentar o espaço para facilitar a sua mercantilização, ou, ainda, em garantir operações mais rentáveis a partir do parcelamento e da setorização da terra urbana (Carlos, 2007; Corrêa, 2007). Ademais, com esse movimento, o Estado reforça a ideia de cidade insegura, corroborando a tendência de incorporação da segurança como um valor a ser inserido no preço dos imóveis (Sposito, Góes, 2013).

3 Habitação popular, segregação e fragmentação socioespacial

No Brasil, a criação de um sistema normativo, institucional e operacional de política de habitação social federal surgiu em 1964, com a proposição do Sistema Financiamento Habitacional (SFH) e com a instituição do Banco Nacional de Habitação² (BNH). Segundo Cymbalista e Moreira (2006), apesar do BNH, durante sua existência, ter financiado um quantitativo expressivo de moradias (aproximadamente 4,5 milhões) não significou a solução do déficit habitacional do ponto de vista social e nem proporcionou o acesso à moradia a classes de renda mais precárias, uma vez que estas tinham acesso limitado aos financiamentos.

Durante o período do BNH, há claras críticas sobre a política conduzida pelo banco e os seus efeitos. Isso porque o modelo de produção habitacional privilegiou a realocação por meio da construção de conjuntos habitacionais padronizados em grandes glebas e

² Lei nº 4.380/1964. Contudo, anterior à criação do Banco, a produção estatal de moradia já era vinculada a medidas, como: Decreto da Lei do Inquilinato (1942); a criação das carteiras prediais do Instituto de Aposentadoria e Previdência (IAP); a Fundação da Casa Popular; e o Decreto Lei nº 58, que regulamentava a venda de lotes urbanos e prestações.

A (re)produção do espaço popular sob a lógica socioespacial fragmentária: o caso de Presidente Prudente-SP

Gustavo Nagib, Katia Atsumi Nakayama

próximos aos limites do perímetro urbano (Bonduki, 1994; Cardoso, Aragão, 2013; Bonduki, 2019).

A produção da habitação popular no período de vigência do BNH levava à segregação de determinados grupos sociais. Isso ocorria não só em relação à parcela da população realocada em conjuntos habitacionais, como também em relação à parcela que era compelida à ocupação informal e que, no referido contexto, não era contemplada pelos programas. Ambas as formas de ocupação se consolidaram afastadas dos centros e em áreas de pouca infraestrutura, agravando o processo de diferenciação socioespacial nas cidades brasileiras. Conforme afirma Bonduki (1998), as características dessa forma de produção da habitação reforçaram o surgimento de bolsões de pobreza e de bairros-dormitório.

Após o fim do BNH, em 1986, durante a redemocratização brasileira, a política habitacional passou por um período de instabilidade institucional (Cymbalista, Moreira, 2006). No mesmo ano, ocorreu o deslocamento das atribuições das Companhias de Habitação Popular (COHABs), criadas no período do BNH, para a Caixa Econômica Federal (CEF). Esse deslocamento, na prática, incentivou a transferência dos créditos da habitação popular para a iniciativa privada, bem como diminuiu a capacidade dos Estados e Municípios de intervir na questão habitacional³ (Azevedo, 1995).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, introduziu-se o direito à moradia na legislação brasileira e se regulou a política urbana, havendo inovações em alguns programas federais esparsos⁴ com novas modalidades de atuação, como a reurbanização, a regularização e a oferta de lotes urbanizados (Azevedo, 1995). Contudo, apesar da criação de novos programas e diretrizes, observa-se que, com o fim do BNH, houve a dissolução da política habitacional pretérita sem que houvesse a estruturação

³ De acordo com Azevedo (1995, p. 299), entre as consequências dessas ações podem ser citadas: “a [...] elevação do nível de renda da clientela dos programas tradicionais, devendo agora atingir fundamentalmente famílias com rendimentos mensais acima de cinco salários mínimos; e [a] inviabilidade de dinamização de programas alternativos”.

⁴ A exemplo de: Programa Nacional de Mutirões Comunitários (1987), Plano de Ações Imediatas para Habitação PAIH (1990), Habitar-Brasil, Morar-Município, Programa de Arrendamento Residencial (PAR), Pró-Moradia (1995) e Habitar Brasil BID (1999).

A (re)produção do espaço popular sob a lógica socioespacial fragmentária: o caso de Presidente Prudente-SP

Gustavo Nagib, Katia Atsumi Nakayama

imediate de uma nova política, bem como permanecendo uma produção pouco destinada às camadas de rendas mais baixas da população.

Desse modo, entre as décadas de 1980 e 1990, também prevaleceram práticas clientelistas para se prover o acesso à moradia, sendo que estas continuaram a vincular a forma de implementar programas habitacionais (ou a ausência deles) com o agravamento dos processos de diferenciação socioespacial nas cidades brasileiras.

A criação da Política Nacional de Habitação (PNH) em 1996 e, alguns anos depois, a promulgação do Estatuto das Cidades⁵, em 2001, indicavam a urgência de implementar soluções para uma política urbana e para a questão habitacional no desenvolvimento urbano. Entretanto, devido ao longo tempo de tramitação do Estatuto, a extemporaneidade com que as ações foram implementadas, em associação a um período de elevado crescimento da população urbana, contribuíram para o agravamento do déficit habitacional e dos conflitos sociais a ele relacionados (Nakayama, 2021).

Em 2003, deu-se a criação do Ministério das Cidades e, a partir de sua instituição, o surgimento, em 2005, do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). O arcabouço normativo decorrente desse momento favoreceu a criação de novos programas e planos, retomando a estrutura de política habitacional em nível federal, como ocorreu com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁶, em 2007, e o Plano Habitacional (PLANHAB)⁷, em 2009.

Vinculados ao PAC, programas como o PAC Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP) e o Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades (PMCMV-Entidades) destacam-se pelo objetivo de viabilizar a urbanização de favelas. Contudo, segundo Arretche *et al.* (2012), apesar desses programas revelarem esforços para solucionar a questão habitacional, nos dois primeiros anos do PAC (2007 e 2008), a

⁵ Lei nº 10.257/2001.

⁶ O PAC tinha como principal objetivo acelerar a economia e melhorar a infraestrutura urbana por meio do desenvolvimento de eixos (logístico, social e urbano).

⁷ O PLANHAB buscava promover a redução do déficit habitacional por meio de estratégias conjuntas com a oferta de recursos, formação de arranjos institucionais para a formação de cadeia produtiva e articulação de estratégias para o controle da especulação imobiliária (Nascimento Neto; Moreira; Schussel, 2012, p. 89).

A (re)produção do espaço popular sob a lógica socioespacial fragmentária: o caso de Presidente Prudente-SP

Gustavo Nagib, Katia Atsumi Nakayama

urbanização de assentamentos precários foi o programa de menor frequência nos municípios brasileiros, ou seja, apenas 14% do total.

O programa de maior expressividade foi o PMCMV, criado em 2009, que tinha como premissa a produção de habitação popular em conjunto com ações de crescimento econômico. Nesse sentido, ele apresentou mais de 6 milhões de unidades contratadas e 5,1 milhões de unidades habitacionais entregues (Ministério da Economia, 2022). E, assim como no caso do BNH, foram reiteradas as críticas à lógica do programa, que continuou a priorizar os investimentos para sobrelevar o desenvolvimento econômico e desconsiderou soluções que concedessem o acesso à moradia para as camadas de rendas mais baixas (Balbim, Krause, Lima Neto, 2013; Bonduki, 2019; Nascimento Neto, Moreira, Schussel, 2012).

As estratégias institucionais e políticas que estruturavam o PMCMV também refletiram na configuração dos espaços urbanos. A predileção pela construção de novas unidades conduzidas pelos interesses do mercado resultou em uma massiva padronização das unidades e dos conjuntos habitacionais em áreas periféricas. Assim, a configuração espacial dos projetos do PMCMV (apesar de apresentarem avanços, como por exemplo, a exigência de equipamentos urbanos e infraestruturas urbanas), contribuiu para reafirmar “traços generalizados da produção do espaço nas cidades brasileiras” (Rolnik *et al.*, 2015, p. 148).

Entre outras mudanças observadas pela implementação do PMCMV está a intensificação da produção de moradias em condomínios fechados, que agravou as dinâmicas e os processos de segmentação e caracterizou o processo de fragmentação socioespacial. Dessa maneira, como afirma Rufino (2019, p. 249), essa tipologia de conjuntos habitacionais constitui-se de “muitos blocos de grandes condomínios, ou mesmo a justaposição destes condomínios na consolidação de bairros planejados”, transpostos para a “população de menor renda os valores consagrados nos empreendimentos voltados à população de maior renda – segurança e exclusividade –”, embora com uma oferta “mais limitada de equipamentos e serviços”.

A partir do PMCMV, constata-se que a produção massiva de condomínios fechados e os limites espaciais delimitados por eles, bem como o isolamento e a segregação de grupos sociais deles decorrentes, aprofundaram a diferenciação socioespacial e alteraram as práticas cotidianas urbanas (de lazer, consumo, mobilidade e habitação). Se, de um lado, o PMCMV repete um padrão de prover o acesso à moradia, com conflitos semelhantes aos observados nas décadas anteriores, de outro, reafirma a segregação e a ultrapassa, revelando o processo de fragmentação socioespacial em curso. Na próxima seção, tais evidências serão apresentadas por intermédio do estudo de caso realizado em Presidente Prudente.

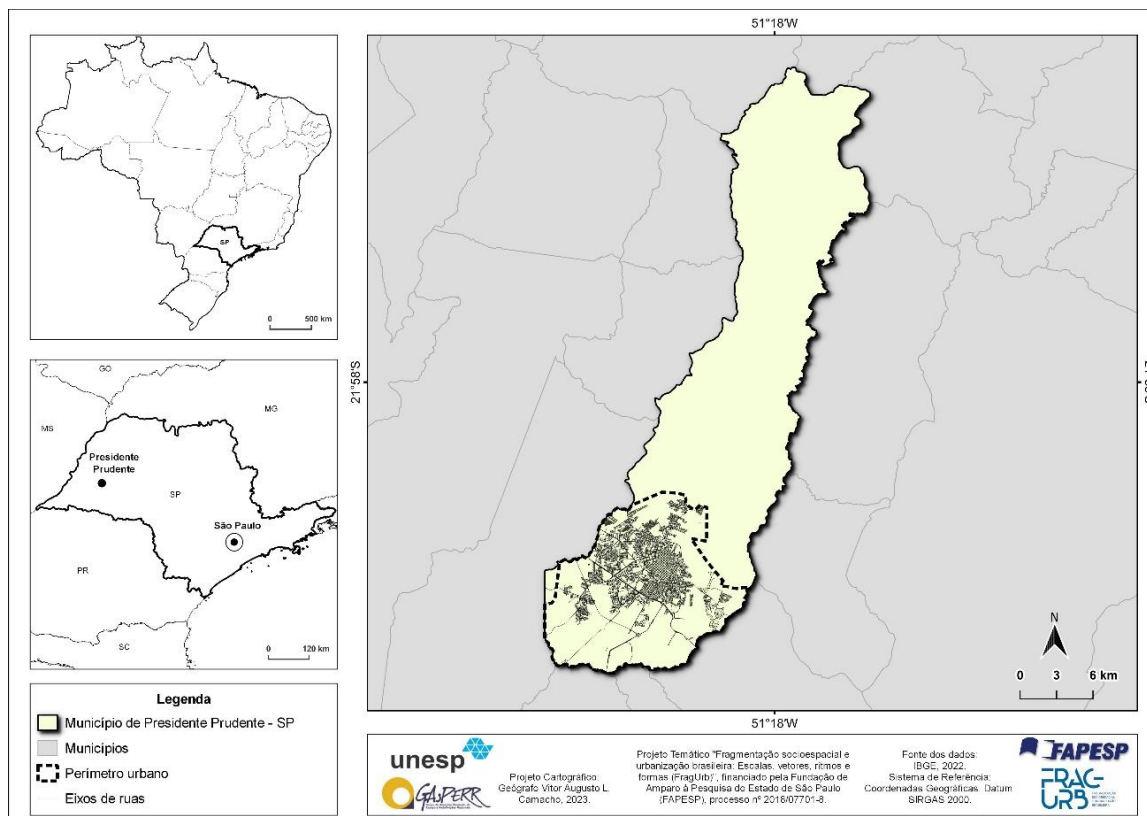
4 O caso de Presidente Prudente-SP

Presidente Prudente, cidade localizada no Oeste Paulista (Mapa 1), região outrora denominada “Sertões do Paranapanema”, tem sua origem associada à expansão da fronteira agropecuária sobre a cobertura original da Mata Tropical Atlântica entre fins do século XIX e início do XX, mais especificamente, à expansão cafeeira e da rede ferroviária no estado de São Paulo. Fundada em 1917, o processo inicial de produção do espaço urbano baseou-se destacadamente nos interesses fundiários de dois coronéis proprietários de terras, José Soares Marcondes e Francisco de Paula Goulart, responsáveis pelos dois loteamentos em forma de tabuleiro de xadrez que definem o núcleo urbano inicial, um a leste e outro a oeste dos trilhos do trem (Góes, Sposito, 2016).

A (re)produção do espaço popular sob a lógica socioespacial fragmentária: o caso de Presidente Prudente-SP

Gustavo Nagib, Katia Atsumi Nakayama

Mapa 1 - Presidente Prudente: situação geográfica



Fonte: Organizado por Gustavo Nagib e Katia Atsumi Nakayama e projeto cartográfico de Vitor Augusto L. Camacho, 2023.

Na segunda metade do século XX, verificou-se uma significativa expansão do tecido urbano prudentino, cujos registros indicam uma ampliação de quase 290% entre 1960 e 1988 (Sposito, 1990). Complementarmente, a partir da década de 1970, torna-se mais evidente que tal processo ocorreu de forma descontínua às áreas urbanas já constituídas, revelando um expressivo crescimento horizontal da cidade com dinâmicas de circulação dificultadas devido às limitações do serviço de transporte público e ao acesso restrito ao automóvel pelas classes populares (Sposito, Góes, 2013), contradições, estas, à supremacia do urbanismo rodoviário. Configurando-se como a principal centralidade urbana de sua mesorregião, Presidente Prudente é, atualmente, uma cidade média com 207,6 mil habitantes (IBGE, 2010).

A (re)produção do espaço popular sob a lógica socioespacial fragmentária: o caso de Presidente Prudente-SP

Gustavo Nagib, Katia Atsumi Nakayama

Ao longo das últimas cinco décadas, tanto conjuntos habitacionais populares quanto espaços residenciais fechados voltados aos segmentos de médio e alto poder aquisitivo foram ocupando porções periféricas de Presidente Prudente, o que veio a se confirmar como um dos principais modelos de empreendimento imobiliário ofertados até a atualidade e a alterar, por sua vez, as formas e os tipos de uso e ocupação do espaço prudentino. Os bairros situados entre o centro da cidade e os novos loteamentos periféricos foram sendo progressivamente objeto de transformações urbanísticas dirigidas pelo poder público e por agentes privados, resultando na valorização do preço dessas terras e redefinindo a ocupação pretérita, a exemplo da inauguração do Parque do Povo, localizado sobre o agora tamponado Córrego do Veado, e a construção do principal *shopping center* da cidade em uma área contígua ao parque.

Com a pronunciada expansão urbana a oeste do centro da cidade, o traçado intraurbano dos trilhos do trem veio a estabelecer, por sua vez, o limite territorial do centro com a zona leste, apartamento material que já apontava a uma fragmentação espacial presente desde a materialização dos primeiros loteamentos formais de Presidente Prudente. A zona leste veio a concentrar, ainda, espaços de moradia de uma população urbana mais pobre, evidenciando, numa sociedade de classes estruturalmente desigual, o estigma territorial (Wacquant, 2007) que caracteriza essa porção da cidade até a atualidade.

O fim da década de 1970 também marcou o início da produção de conjuntos habitacionais populares nas zonas norte e oeste, segmentos territoriais para onde a cidade mais se expandiu. Esse processo de produção do espaço popular prudentino baseou-se em programas habitacionais, tais como a Companhia de Habitação Popular de Bauru (COHAB) – cuja atuação se estendeu a várias cidades do interior paulista e contou com financiamento do BNH –, a Caixa Estadual de Casas para o Povo (CECAP) e o Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (PROFILURB), construindo conjuntos em porções periféricas mais distantes do centro (Santos, 2020).

A (re)produção do espaço popular sob a lógica socioespacial fragmentária: o caso de Presidente Prudente-SP

Gustavo Nagib, Katia Atsumi Nakayama

A periferização descontínua daqueles *habitats* populares muito decorreu da elevação do preço da terra nos bairros circundantes ao centro, que vieram a se beneficiar dos novos investimentos estatais em infraestruturas urbanas e que privilegiariam sobretudo a abertura de novos loteamentos e a alocação de serviços e estabelecimentos comerciais destinados às classes média e alta. Consequentemente, houve o afastamento espacial da população mais pobre e deflagrou-se o processo de segregação socioespacial, destinando as localizações urbanas menos privilegiadas aos mais pobres (Sposito, 1983).

Em 1989, a Prefeitura de Presidente Prudente lançou o Programa de Desfavelamento e o Programa Loteamentos Urbanizados, dando continuidade, ao longo da década de 1990, à política de produção de conjuntos habitacionais populares em áreas mais distantes do tecido urbano consolidado. Muito embora o município não tenha mais registros de favelas e ocupações irregulares na atualidade, configurou-se uma clara setorização territorial baseada nos distintos estratos de renda da população prudentina.

Nos anos subsequentes, o crescimento progressivo dos bairros localizados entre o centro e os conjuntos habitacionais populares, bem como entre o centro e os loteamentos fechados destinados à população de maior renda (especialmente na zona sul), veio a configurar um tecido urbano com maior continuidade construtiva. Embora também seja possível constatar a melhoria das infraestruturas básicas e o surgimento de estabelecimentos comerciais de primeira necessidade nos bairros periféricos, impera-se uma cidade social e espacialmente fragmentada. Dialeticamente, a lógica centro-periférica, que estruturou a produção do espaço urbano na segunda metade do século XX, finda por contribuir para a emergência da lógica fragmentária.

A partir de 2009, o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), do Governo Federal, veio a impulsionar um novo modelo de produção do espaço popular prudentino, bastante atrelado à tipologia dos condomínios verticais fechados, agora não mais restritos às classes média e alta. Grandes construtoras, a exemplo da MRV Engenharia, passaram a ofertar novos imóveis a diferentes faixas de renda, especialmente às faixas 2

A (re)produção do espaço popular sob a lógica socioespacial fragmentária: o caso de Presidente Prudente-SP

Gustavo Nagib, Katia Atsumi Nakayama

e 3, que representam renda bruta mensal, respectivamente, de até 4,4 mil reais e de até 8 mil reais (Caixa Econômica Federal, 2023; Corrêa, 2022).

A localização desses empreendimentos do PMCMV em Presidente Prudente também deflagra uma diferenciação socioespacial baseada nos indicadores de renda da população, cujos condomínios voltados às faixas 2 e 3 ocupam geralmente bairros onde o preço da terra é mais baixo e há maior disponibilidade de terrenos que comportem a construção de um conjunto numeroso de torres, erguendo-se geralmente dois ou mais condomínios em lotes vizinhos. Concomitantemente, a reprodução dessa tipologia habitacional confirma o processo de fragmentação socioespacial nos planos objetivo e subjetivo, material e imaterial, a exemplo da introdução de barreiras físicas (muros altos, cercas elétricas e concertinas) dentro de um mesmo bairro ou entre bairros vizinhos, bloqueando a integração territorial e promovendo rupturas nas relações sociais cotidianas entre aqueles que moram dentro e aqueles que moram fora dos muros, ou, ainda, entre os agrupamentos populacionais de cada condomínio, dificultando os vínculos sociais entre cidadãos que residem em condomínios vizinhos.

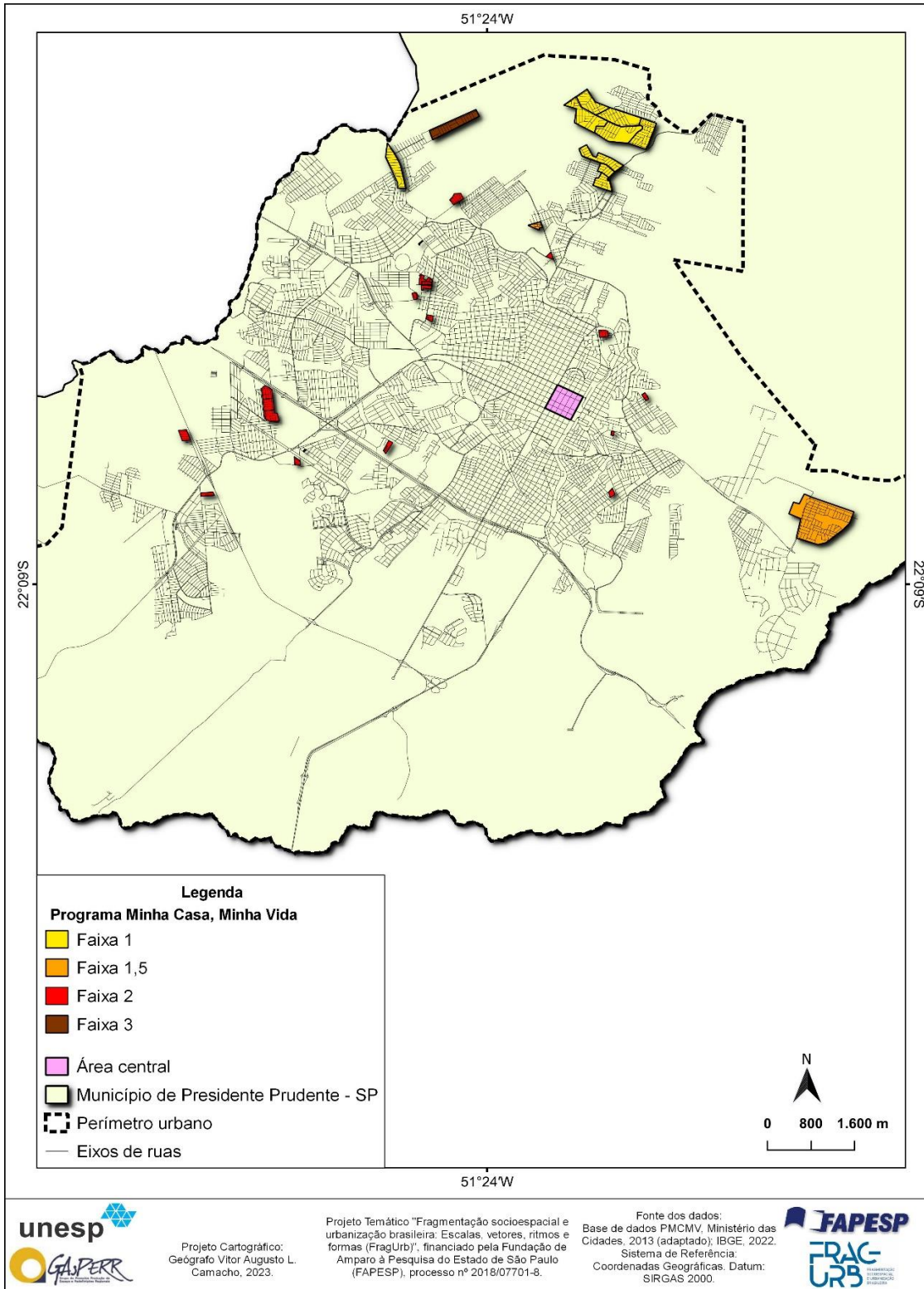
5 Os sujeitos e o espaço popular prudentino

A partir da realização de entrevistas foi possível constatar elementos do processo de fragmentação socioespacial identificados na percepção e nas experiências dos moradores de condomínios verticais fechados produzidos pelo PMCMV em Presidente Prudente (Mapa 2). Nesta seção, aprofundam-se as percepções qualitativas desse processo no plano analítico do cotidiano, o qual é analisado e discutido sob a lógica de (re)produção do espaço popular.

A (re)produção do espaço popular sob a lógica socioespacial fragmentária: o caso de Presidente Prudente-SP

Gustavo Nagib, Katia Atsumi Nakayama

Mapa 2 - Presidente Prudente: distribuição dos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida



Fonte: Organizado por Gustavo Nagib e Katia Atsumi Nakayama e projeto cartográfico de Vitor Augusto L. Camacho, 2023.

Nos relatos dos cidadãos, constata-se a valorização de uma nova tipologia de empreendimento habitacional para as faixas de renda do PMCMV. Há uma preferência dos moradores pela tipologia habitacional de condomínio fechado, justificando-a como uma vantagem frente aos conflitos de otimização do adensamento populacional, das questões de segurança e da disponibilidade de áreas de lazer oferecidas por esse modelo de empreendimento habitacional:

Eu acho que é uma iniciativa boa porque uma casa com terreno mediano está muito caro e é uma saída boa, um condomínio, fora a segurança...⁸

Acaba se tornando mais seguro e viável para o dia a dia de uma família. Por exemplo, se a gente tem a opção de viajar, de ficar um ou dois dias ou mais dias fora, você fica tranquilo, pelo fato da segurança. Você fica tranquilo também pelo fato de você estar dentro do seu ambiente sem ser incomodado por terceiros. Mas, entre aspas, porque você acaba tendo alguns empecilhos de vizinhança, não é? Algum vizinho que grita, outro que bate a porta, outro que não deixa a porta fechada, que é a via de acesso do condomínio, não é? Então, fora isso, o condomínio é um ótimo lugar para se morar⁹.

Observa-se que as concepções dessa tipologia habitacional do PMCMV são similares às constatadas nos empreendimentos imobiliários de alto padrão (Sposito, Góes, 2013; Rufino, 2019). Os trechos das entrevistas ratificam a influência do mercado na política habitacional. A produção de valores associados aos condomínios fechados resulta em discursos contraditórios, principalmente quando questionado o sentimento de insegurança no município e o uso das áreas comuns. Os moradores não costumam identificar a cidade e o seu entorno como inseguros e, do mesmo modo, não fazem uso dos espaços comuns do condomínio com frequência:

[...] sempre tem policiamento nas ruas aqui e você não vê acidentes aqui, é muito difícil mesmo, muito, muito difícil. Você não vê brigas aqui, é muito difícil mesmo. Você pode andar à noite aqui nas redondezas [...]

⁸ George, 20 anos, sem ocupação profissional, entrevista de pesquisa concedida em 3 de dezembro de 2022, na cidade de Presidente Prudente-SP.

⁹ Rômulo, 37 anos, entregador, entrevista de pesquisa concedida em 15 de dezembro de 2022, na cidade de Presidente Prudente-SP.

que você não vê [...] nada assim que... [você vê] mulher andando sozinha... você vê [...] as academias [...] até tarde da noite, [...] o pessoal andando à noite, fazendo caminhada, [...] porque aqui é quente, não é, gente? [...] e não tem perigo nenhum aqui [...]. Então, eu acho, assim, um bairro bem, bem seguro mesmo¹⁰.

Não, não acho [Presidente Prudente] insegura. Tanto que essa cidade, eu não sei se ela está no *ranking* ainda, [era] a 25ª cidade mais segura do Brasil¹¹.

Já utilizei [os espaços comuns do condomínio], mas quando tem alguma festa, um aniversário [...]. Aí, você fala "ah, vamos lá?", e aí vamos [...]. Não sei se tem gente que usa mais [...]¹².

[Eu usava os espaços comuns do condomínio] para churrasco, fumar narguilé, [mas] eu não uso mais, porque eu parei de fumar narguilé e também churrasco a gente faz muito pouco e, quando faz, é na casa dos outros¹³.

A valorização dessa tipologia como empreendimento e a sua produção massiva também reforçam o processo de segmentação socioespacial: seja em seu aspecto material, por meio da construção de grandes glebas muradas, que criam separações evidentes no espaço; seja em seu aspecto imaterial, induzido pela divisão da população em áreas afastadas e agrupadas de acordo com a renda do financiamento.

No que se refere à forma de provisão do acesso à moradia, observa-se que a maioria dos moradores e proprietários dos imóveis menciona o significado da conquista da casa própria como um marco relevante. Nos relatos, essa conquista atrela-se à independência da despesa com o aluguel. Considerando que, no caso de Presidente Prudente, as entrevistas realizadas abrangeram moradores das faixas de renda intermediária e superior do PMCMV (faixas 2 e 3), constata-se que este último tem um significado relevante para os cidadãos no que se refere ao acesso à moradia, ou, mais especificamente, à “aquisição da casa própria”. Os relatos abaixo, exemplificam essa constatação:

¹⁰ Lilian, 29 anos, técnica industrial, entrevista de pesquisa concedida em 1º de dezembro de 2022, na cidade de Presidente Prudente-SP.

¹¹ George, 20 anos, sem ocupação profissional, entrevista de pesquisa concedida em 3 de dezembro de 2022, na cidade de Presidente Prudente-SP.

¹² Lauro, 26 anos, graduando em desenvolvimento de sistemas, entrevista de pesquisa concedida em 3 de dezembro de 2022, na cidade de Presidente Prudente-SP.

¹³ George, 20 anos, sem ocupação profissional, entrevista de pesquisa concedida em 3 de dezembro de 2022, na cidade de Presidente Prudente-SP.

[...] Isso é bom pelo fato de pessoas com menos condições financeiras de adquirir seu **imóvel próprio**. [...] Queira ou não queira, fica mais fácil¹⁴.

Só que aqui é bem mais barato. Eu tinha todas essas coisas lá [onde eu morava antes]. Eu tinha um quintal, eu tinha uma lavanderia realmente grande. Os dois quartos eram maiores. Só que o aluguel lá era [...] desproporcional. Eu pagava... acho que uns R\$ 1.500 em aluguel. **Daí aqui já virou alguma coisa nossa**. Tipo, a gente veio, vendeu o carro. O que deu para trazer, a gente trouxe. O que não deu, a gente vendeu e deixou por lá¹⁵.

No entanto, foi possível averiguar que uma parte dos cidadãos entrevistados também são inquilinos do apartamento onde residem, revelando que parte dos proprietários que financiaram os imóveis graças ao PMCMV não os utilizavam para moradia própria. Se, por um lado, evidencia-se a diversidade de tipos de usos e apropriações da produção da moradia popular, de outro, restam indagações sobre os motivos pelos quais os proprietários fizeram o financiamento e não estarem utilizando o imóvel para a sua moradia: Estratégia rentista? Apenas pela garantia de um imóvel próprio, mas guardada a preferência em residir em outro tipo de imóvel (talvez maior ou que não seja em prédio de apartamentos)?

Nos trabalhos de campo realizados, observou-se que os limites físicos construídos (muros e cercas) contribuíram para o esvaziamento das ruas do entorno, criando espaços de pouca receptividade ao pedestre, bem como a formação de barreiras em um dos lados de uma via pública – a exemplo da sequência de muros dos condomínios localizados na Avenida Paulo Marcondes. Apesar de a área urbana ser composta por vários condomínios diferentes, a homogeneidade das edificações implementadas em sequência não permite identificar as diferenças entre os empreendimentos. A separação entre os lotes torna-se evidente apenas pela presença dos muros que os limitam ou pela identificação da portaria, cuja estética é muito mais receptiva ao automóvel do que ao pedestre. As fotos a seguir (Fotografias 1 e 2) exemplificam tais situações.

¹⁴ Rômulo, 26 anos, graduando em desenvolvimento de sistemas, entrevista de pesquisa concedida em 15 de dezembro de 2022, na cidade de Presidente Prudente-SP, grifo próprio.

¹⁵ Lauro, 26 anos, graduando em desenvolvimento de sistemas, entrevista de pesquisa concedida em 3 de dezembro de 2022, na cidade de Presidente Prudente-SP, grifo próprio.

A (re)produção do espaço popular sob a lógica socioespacial fragmentária: o caso de Presidente Prudente-SP

Gustavo Nagib, Katia Atsumi Nakayama

Fotografia 1 - Avenida Paulo Marcondes, na zona norte da cidade, é uma das localidades onde mais prolifera esta tipologia habitacional. Um dos lados da via pública é dominado pela sequência de muros dos condomínios. Presidente Prudente-SP. Fotografia de dezembro de 2022



Crédito: Gustavo Nagib, 2022.

Fotografia 2 - A homogeneidade e a monotonia paisagística resultante da (re)produção do espaço popular sob a lógica socioespacial fragmentária: muros altos, edifícios esteticamente idênticos, uniformidade cromática, cercas elétricas e demais equipamentos de segurança. Presidente Prudente-SP dezembro de 2022



Crédito: Gustavo Nagib, 2022.

Entre outras observações a partir dos relatos, constata-se que a maioria dos moradores depende do veículo de uso individual (carro ou moto) como principal meio de locomoção e o utiliza para percorrer os trajetos cotidianos (trabalho, estudo, mercado). Foram poucos os que relataram o uso do transporte público. Ao serem questionados sobre a localização do condomínio, os moradores afirmam que escolheram o lugar dadas as condições de financiamento possibilitadas pelo PMCMV, retomando o discurso da segurança proporcionada pelo conjunto habitacional murado ou apresentando os benefícios relativos à localização do empreendimento, mencionando a proximidade de novas áreas centrais, tais como o principal *shopping center* da cidade:

Aqui é bem localizado. Eu falo que a gente está atrás do *shopping*, não é? Dá para ir a pé ao *shopping*, apesar da gente ter carro, mas está atrás do *shopping*. A gente está perto de mercado, a gente está perto de tudo aqui, não é? Perto de tudo, tudo mesmo. Então, eu falo assim, que se a

gente for investir e comprar algum imóvel, a gente quer aqui nessa redondeza¹⁶.

As longas distâncias percorridas pelos moradores também foram relatadas no que diz respeito ao acesso ao espaço público. Os entrevistados identificaram poucos espaços públicos de lazer no entorno dos condomínios e, aqueles que os listaram, não os utilizam com frequência. Os espaços de lazer geralmente mencionados pelos moradores estavam mais distantes dos condomínios e, quando frequentados, eram acessados por carro ou moto.

A partir das referidas constatações, é possível elencar, enfim, as seguintes características atreladas à produção destes espaços populares: a) a escassa preocupação com a inserção urbana deste tipo de projeto habitacional em relação aos espaços externos ao condomínio fechado, destacadamente aos espaços públicos de lazer; b) a individualização de cada conjunto habitacional, sem integração com o tecido urbano, em especial, com o entorno mais próximo; c) a ausência de ações da gestão pública para reverter esse quadro de hostilidade, negação e/ou afastamento dos cidadãos em relação aos espaços públicos e/ou de uso livre existentes na cidade; d) o esvaziamento das vias públicas do entorno, devido à hostilidade dos muros e dos equipamentos de segurança instalados sobre eles, à pouca inserção de espaços verdes, culturais e esportivos, e à perpetuidade da lógica rodoviarista; e) a privatização dos espaços de lazer (espaços privativos dentro dos condomínios, tais como churrasqueiras, quiosques, piscinas e parquinhos para as crianças) em detrimento do espaço público do entorno, somada, paradoxalmente, à parca utilização de tais espaços intramuros.

6 Considerações finais

Neste artigo, buscou-se observar e analisar a (re)produção do espaço popular sob a lógica socioespacial fragmentária, com destaque à implementação da tipologia

¹⁶ Lillian, 29 anos, técnica industrial, entrevista de pesquisa concedida em 1º de dezembro de 2022, na cidade de Presidente Prudente-SP.

A (re)produção do espaço popular sob a lógica socioespacial fragmentária: o caso de Presidente Prudente-SP

Gustavo Nagib, Katia Atsumi Nakayama

habitacional de condomínios fechados, materializados por intermédio do PMCMV, na cidade de Presidente Prudente, no Oeste Paulista.

Foi possível identificar o processo de fragmentação socioespacial em curso, que se associa à valorização da tipologia de condomínios fechados, enquanto empreendimento habitacional preponderante para as faixas de renda 2 e 3 do PMCMV, e à influência de um mercado habitacional emergente promotor de rupturas no espaço urbano e redefinidor de práticas cotidianas. As evidências dessas mudanças foram perceptíveis nas formas e meios de deslocamento exercidos pelos moradores de tais “enclaves”, na privatização dos espaços de convivência e lazer, e na integração quase inexistente entre os condomínios e os demais espaços do seu entorno imediato.

Ademais, verificou-se a separação física promovida pelos muros e demais objetos e equipamentos de segurança, bem como a homogeneização da paisagem urbana. Tais aspectos sustentam e reforçam os processos de segregação e de hierarquização socioespacial, embasados pelas faixas de renda estipuladas pelo PMCMV. Embora este último tenha um significado importante para o acesso à moradia digna, nota-se a perpetuação e o reforço da relação entre a “ideologia da casa própria”, a “financeirização da habitação” (Rolnik, 2015) e a fragmentação do tecido urbano.

A partir das entrevistas, reforça-se o paradoxo entre a tipologia de condomínios fechados e o discurso, intrínseco a esse modelo de empreendimento, quanto à segurança e à disponibilidade de áreas comuns: para os moradores, quanto ao primeiro aspecto, Presidente Prudente não é violenta, mas os condomínios fechados apresentariam a vantagem de serem espaços residenciais mais seguros; quanto ao outro aspecto, a oferta de espaços comuns de lazer dentro do condomínio, embora fossem um atrativo e uma conveniência a mais para os moradores, revelam-se subutilizados. Esses são paradoxos já verificados em empreendimentos de médio e alto padrão (Sposito, Góes, 2013), que, agora, também se revelam modeladores da vida cotidiana em espaços populares.

A (re)produção do espaço popular, comandada pelo Estado capitalista e delegada aos agentes imobiliários privados, revela, sob a lógica socioespacial fragmentária, a perpetuidade de contradições e desafios atrelados às novas materialidades da habitação

A (re)produção do espaço popular sob a lógica socioespacial fragmentária: o caso de Presidente Prudente-SP

Gustavo Nagib, Katia Atsumi Nakayama

popular – notadamente a propagação da tipologia de condomínios verticais fechados – e à consecução do direito social à moradia, evidenciando a descontinuidade do tecido urbano e as rupturas nas formas de viver a cidade.

Referências

AZEVEDO, S. O desempenho do poder público na área habitacional: breve retrospecto. In: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. p. 291-311.

ARRRETCHE, M.; CORDEIRO, B. S.; FUSARO, E.; DIAS, L.C.; BITTAR, M. **Capacidades administrativas dos municípios brasileiros para a política habitacional**. Brasília: Ministério das Cidades, 2012.

BALBIM, R; KRAUSE, C.; LIMA NETO, V. C. **Minha Casa Minha Vida, nosso crescimento: onde fica a política habitacional?** Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013.

BONDUKI, N. G. Origens da habitação social no Brasil. **Análise Social**, Lisboa, v. 29, n. 127, p. 711-732, 1994.

BONDUKI, N. G. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

BONDUKI, N. G. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Arq.Urb.**, São Paulo, v. 1, p. 70-104, 2019.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Minha Casa, Minha Vida: habitação urbana: recursos FGTS**. [S.l.], 2023. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 19 mar. 2023.

CALDEIRA, T. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34: Edusp, 2000.

CALIXTO, M. J. M. S. Da Lógica centro-periferia à lógica socioespacial fragmentária em uma cidade média. **Mercator**, Fortaleza, v. 20, p. 1-18, 2021.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, A. L. (org.). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 16-65.

A (re)produção do espaço popular sob a lógica socioespacial fragmentária: o caso de Presidente Prudente-SP

Gustavo Nagib, Katia Atsumi Nakayama

CARLOS, A. F. A. Diferenciação socioespacial. **Cidades**, Chapecó, v. 4, n. 6, p. 45-60, 2007.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: Paz & Terra, 2020.

CHETRY, M. Os conceitos da metrópole latino-americana contemporânea. **Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais (e-metropolis)**, Rio de Janeiro, n. 16, ano 5, p. 61-67, 2014. Disponível em: <http://emetropolis.net/artigo/125?name=os-conceitos-da-metropole-latino-americana-contemporanea-o-exemplo-da-fragmentacao-socioespacial>. Acesso em: 30 ago. 2023.

CORRÊA, B. R. A atuação da MRV Engenharia S/A no espaço urbano brasileiro: o caso de Presidente Prudente-SP e Ribeirão Preto-SP. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 6, n. 2, p. 27-44, 2022.

CORRÊA, R. L. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **Cidades**, Chapecó, v. 4, n. 6, p. 62-72, 2007.

CYMBALISTA, R.; MOREIRA, T. Política habitacional no Brasil: a história e os atores de uma narrativa incompleta. In: ALBUQUERQUE, M. C. (org.). **Participação popular em políticas públicas: espaço de construção da democracia brasileira**. São Paulo: Instituto Pólis, 2006. p. 31-48.

DAL POZZO, C. F. Fragmentação socioespacial: práticas espaciais do consumo segmentado em Ribeirão Preto e Presidente Prudente. **Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE)**, [s.l.], v.11, n.16, p. 279-324, 2015.

GÓES, E. M.; SPOSITO, M. E. B. Práticas espaciais, cotidiano e espaço público: o consumo como eixo da análise do calçadão de Presidente Prudente-SP. **Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE)**, [s.l.], v. 12, n. 19, p. 39-65, 2016.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População: Presidente Prudente**. [Rio de Janeiro: IBGE], 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/presidente-prudente/panorama>. Acesso em: 19 mar. 2023.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 2000.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192.

A (re)produção do espaço popular sob a lógica socioespacial fragmentária: o caso de Presidente Prudente-SP

Gustavo Nagib, Katia Atsumi Nakayama

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Secretaria Especial de Fazenda. Secretaria de avaliação, planejamento, energia e loteria. **Relatório de Avaliação**. Brasília: [ME], 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2021/04/cgu-divulga-prestacao-de-contas-do-presidente-da-republica-de-2020/relatorio-de-avaliacao-pmcmv.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2023.

NAGIB, G. **Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2018.

NAKAYAMA, K. A. **Permanências anunciadas e hegemônias das permanências: políticas e projetos de habitação de interesse social em Curitiba**. 2021. Tese (Doutorado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2021.

NASCIMENTO NETO, P., MOREIRA, T. A., SCHUSSEL, Z. G. L. Conceitos divergentes para políticas convergentes: Descompassos entre a política nacional de habitação e o programa Minha Casa, Minha Vida. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Presidente Prudente, v. 14, n. 1, p. 85-98, 2012.

NAVEZ-BOUCHANINE, F. Émergence d'une notion : quelques repères historiques. In: NAVEZ-BOUCHANINE, F. (dir.). **La fragmentation en question: des villes entre fragmentation spatiale et fragmentation sociale?** Paris: L'Harmattan, 2002. p. 19-44.

PRÉVÔT SCHAPIRA, M.-F. Fragmentación espacial y social: conceptos y realidades. **Perfiles Latinoamericanos**, Cidade do México, v. 9, n. 19, p. 33-56, 2001.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROLNIK, R.; PEREIRA, L. S.; MOREIRA, F.A.; ROYER, L. O.; IACOVINI, R.F.G.; NISIDA, V. C. O programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 127-154, 2015.

RUFINO, B. A disseminação da forma condomínio no Programa Minha Casa Minha Vida (PMVMC): privatização da urbanização para os mais pobres? **Revista de Geografia Espacios**, Santiago, v. 8, n. 18, p. 241-265, 2019.

SALGUEIRO, T. **Lisboa, periferia e centralidades**. Oeiras: Celta, 2001.

SANTOS, F. C. A. S. **O espaço-tempo das políticas habitacionais em Presidente Prudente/SP**. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2020.

A (re)produção do espaço popular sob a lógica socioespacial fragmentária: o caso de Presidente Prudente-SP

Gustavo Nagib, Katia Atsumi Nakayama

SPOSITO, E. S. **Produção e apropriação da renda fundiária urbana em Presidente Prudente**. 1990. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B. Fragmentação socioespacial. **Mercator**, Fortaleza, v. 19, p. 1-13, 2020.

SPOSITO, M. E. B. **O chão em Presidente Prudente**: a lógica da expansão territorial urbana. 1983. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1983.

SPOSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELLOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (org.). **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. v. 1. p. 61-93.

SPOSITO, M. E. B. Diferenças e desigualdades em cidades médias no Brasil: da segregação à fragmentação socioespacial. **Latin America Studies Association Congress Papers**, Boston, v. 1, p. 1-25, 2019.

SPOSITO, M. E. B.; GÓES, E. M. **Espaços fechados e cidades**: insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: UNESP, 2013.

VILLAÇA, F. **Espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

WACQUANT, L. Territorial stigmatization in the age of advanced marginality. **Thesis Eleven**, [s.l.], n. 91, p. 66-77, 2007.

Fontes de Fomento

Processo nº 2022/08290-7, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Bolsa PROPe-PROPG Edital nº 04/2022, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP).

A (re)produção do espaço popular sob a lógica socioespacial fragmentária: o caso de Presidente Prudente-SP

Gustavo Nagib, Katia Atsumi Nakayama

Contribuições de autoria

Gustavo Nagib: conceituação; investigação; escrita – rascunho original; escrita – análise e edição.

Katia Atsumi Nakayama: conceituação; investigação; escrita – rascunho original; escrita – análise e edição.

Recebido em: 20/03/2023

Aprovado em: 09/08/2023

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED

PerCursos

Volume 24 - Ano 2023

revistapercursos.faed@udesc.br